

É o sucinto relatório. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A presente manifestação jurídica insere-se no âmbito do controle prévio de legalidade da fase preparatória da licitação, nos termos do artigo 53 da Lei no 14.133/2021, restringindo-se à análise dos aspectos jurídico-formais constantes dos autos, sem adentrar no mérito administrativo, cuja apreciação compete à autoridade competente.

No caso em exame, verifica-se que a contratação pretendida foi classificada como serviço comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei no 14.133/2021, o que justifica a adoção da modalidade pregão, na forma eletrônica.

Observa-se que o procedimento encontra-se instruído com Estudo Técnico Preliminar apto a demonstrar a necessidade da contratação, para a adequada notificação dos contribuintes e a efetiva arrecadação de receitas próprias, em conformidade com a legislação tributária aplicável.

Consta, ainda, no ETP que a disponibilização das carnês em formato físico permanece necessária, para assegurar a ampla ciência dos contribuintes quanto ao lançamento tributário, bem como atender parcela significativa da população que ainda depende do documento impresso para realização dos pagamentos, sem prejuízo das alternativas digitais eventualmente disponibilizadas pela Administração.

O Termo de Referência apresenta descrição suficiente e adequada do objeto, contemplando de forma clara as especificações técnicas, a quantidade estimada, os requisitos mínimos de qualidade, as etapas de execução do serviço (processamento de dados variáveis, impressão e acabamento gráfico), bem como as condições de entrega e demais exigências necessárias à perfeita compreensão e execução do objeto licitado, permitindo a adequada formulação das propostas pelos licitantes.

Quanto à pesquisa de preços, verifica-se que foi realizada com base em parâmetros oficiais, incluindo contratações públicas similares, com utilização de metodologia compatível com as diretrizes da Instrução Normativa nº 65/2021, mediante aplicação de método estatístico idôneo, observando-se, ainda, a compatibilidade em os valores praticados no mercado, o que confere razoabilidade ao valor estimado.

No que concerne ao edital, observa-se que encontra-se estruturado em conformidade com os requisitos legais, contendo definição clara do objeto, critérios de julgamento, condições de participação, regras de habilitação e demais disposições necessárias à condução do certame, sendo adotado o critério de menor preço por

item, compatível com a natureza da contratação.

Ademais, consta previsão de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, o que evidencia observância ao tratamento favorecido legalmente estabelecido.

No que se refere à dotação orçamentária, verifica-se sua indicação nos autos, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda, o que se mostra adequado nesta fase, devendo ser oportunamente observado o regular empenho da despesa quando da formalização da contratação.

Ressalta-se que as informações técnicas constantes dos autos são de responsabilidade dos setores competentes, presumindo-se adequadas para os fins pretendidos, não cabendo a esta Procuradoria a aferição de sua suficiência técnica.

De modo geral, a instrução processual demonstra observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, não se identificando óbices jurídicos ao prosseguimento do feito, à luz da análise formal realizada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ex positis, ao abrigo de tais razões, **OPINO** pela possibilidade jurídica de abertura do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, por se encontrar, sob o aspecto jurídico-formal, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o presente entendimento não afasta a responsabilidade dos setores competentes quanto aos aspectos técnicos e operacionais da contratação, especialmente no que se refere à definição do objeto e à formação do preço estimado e à adequada execução do ajuste.

Consigna-se, por oportuno, que eventuais apontamentos consignados nesta manifestação possuem caráter meramente preventivo, não constituindo condicionantes ao prosseguimento do feito, destinando-se à mitigação de riscos na fase de execução contratual e em eventual controle externo, razão pela qual não se vislumbra, neste momento, a necessidade de retorno dos autos para nova análise jurídica, ressalvada a hipótese de superveniência de fatos novos ou alterações relevantes no procedimento.



Procuradoria
Geral do **Município**



CATAGUASES
P R E F E I T U R A

Por derradeiro, cabe destacar que a manifestação aqui apresentada é de natureza opinativa e, portanto, não é vinculante para os gestores públicos, os quais poderão, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da ora exposta.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 05 (cinco) de maio de 2026.

MARIA OLÍVIA MATTOS CALAIS
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 194.377